

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
ETEC JOÃO GOMES DE ARAÚJO
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

**A Necessidade do Estabelecimento de uma ONG para o Desenvolvimento
Comunitário de Pindamonhangaba – Um estudo no Distrito de Moreira César
em Pindamonhangaba – SP.**

Gabriel da Silva Moreira¹
Júlia Mônica dos Santos²
Karine Eugenio de Jesus³

Resumo: O distrito de Moreira César, na cidade de Pindamonhangaba, é uma área altamente habitada por cerca de 44.099 habitantes, de acordo com o censo IBGE, dados atualizados de 2024. O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busca analisar a necessidade da criação de uma ONG no distrito de Moreira César, focada no cuidado e proteção de animais abandonados. Utilizando uma abordagem exploratória, foram realizadas pesquisas bibliográficas e entrevistas digitais do tipo quantitativo. Os dados coletados revelaram a percepção dos moradores sobre o problema do abandono de animais, os desafios enfrentados na criação dos mesmos, o nível de conhecimento sobre adoção responsável e as áreas prioritárias para a atuação de uma ONG. Os resultados indicam que há uma carência significativa de iniciativas locais voltadas para a proteção animal, destacando a importância da criação de uma organização sem fins lucrativos para atuar nessas áreas. Conclui-se que a implementação de uma ONG seria de grande impacto para a comunidade, promovendo melhorias tanto no bem-estar animal quanto na conscientização social.

Palavras-chave: Ongs; necessidades; demandas e direitos.

¹ Aluno do Curso Técnico em Administração da Etec João Gomes de Araújo – E-mail: gabriel.moreira146@etec.sp.gov.br

² Aluna do Curso Técnico em Administração da Etec João Gomes de Araújo – E-mail: julia.santos792@etec.sp.gov.br

³ Aluna do Curso Técnico em Administração da Etec João Gomes de Araújo – E-mail: karine.jesus@etec.sp.gov.br

Abstract: The Moreira Cesar district in the city of Pindamonhangaba is a highly populated area with approximately 44,099 inhabitants, according to updated 2024 IBGE census data. This Course Completion Project (TCC) aims to analyze the need for the creation of a non-governmental organization (NGO) in the Moreira Cesar district, Pindamonhangaba, focused on the care and protection of abandoned animals. Using an exploratory approach, bibliographic research and quantitative digital interviews were conducted. The collected data revealed residents' perceptions of the problem of animal abandonment, the challenges faced in caring for them, the level of knowledge about responsible adoption, and the priority areas for an NGO's action. The results indicate a significant lack of local initiatives aimed at animal protection, highlighting the importance of establishing a non-profit organization to operate in these areas. It is concluded that the implementation of an NGO would have a great impact on the community, promoting improvements in both animal welfare and social awareness.

Keywords: NGOs; needs; demands and rights.

1 INTRODUÇÃO

No mercado de negócios atual, existem três formas de organização, o 1º, 2º e 3º setor. O primeiro trata-se do setor público, onde incluem-se as obras governamentais, ligadas à prefeitura. Já o segundo, é referente ao setor privado, composto por empresas de propriedade particular que visam a obtenção de lucros. O último setor também são instituições privadas, mas sem fins lucrativos, também conhecidas como ONG – organizações não governamentais.

No Brasil, verifica-se que faltam iniciativas para as empresas do último setor. Especificamente em cidades pequenas, como Pindamonhangaba SP, percebe-se uma grande demanda para pouca oferta no âmbito das ONGs de assistência social, no ramo de resgate de animais.

Mesmo na grande capital, o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), operam com capacidade máxima, com 400 gatos e 800 cachorros abrigados pela instituição, o número de animais soltos é tão grande que a prefeitura não tem um número exato de quantos são, estima-se cerca de 2 milhões somente em São Paulo. VASCONCELOS (2013).

Além disso, está previsto na Declaração Universal dos direitos humanos, o direito à moradia, alimentação, educação, cultura e o social. Mas para Singer (p.5, 2013), filósofo polêmico e renomado, a extensão do princípio básico da igualdade não requer tratamento igual ou idêntico, mas sim igual consideração. Igual consideração por seres diferentes pode levar a tratamento e direitos distintos. Ou seja, mesmo que bichos e humanos tenham necessidades diferentes, o princípio básico se estende a ambos.

A realidade se contradiz ao evidenciar os inúmeros casos de abandono, maus tratos, doenças e falta de alimentos. É nessa necessidade identificada, que o empreendedor nasce, é aquele que assume riscos e começa algo novo para solucionar uma problemática da sociedade. Apesar de uma entidade beneficente motivar-se de uma causa nobre, para se manter é necessária uma administração objetiva e organizada como em qualquer outra empresa, com plano de negócios e metas próprias.

Por isso, o presente trabalho visa investigar a necessidade de estabelecer uma nova ONG no vale das acácias, Pindamonhangaba. Partindo da hipótese de que a conscientização sobre a adoção responsável é escassa na comunidade e reconhecendo a relevância das organizações do terceiro setor para enfrentar essa questão, postula-se que a criação de uma nova ONG na região é uma iniciativa viável e benéfica para o bem-estar local.

Frente a esse cenário, esta pesquisa traz como objetivo geral, compreender, reunir e apresentar o papel do 3º setor, sua origem, necessidades, direitos e a sua importância para a sociedade.

Para isso, os objetivos específicos se concentram em:

- 1) No primeiro capítulo: se aprofundar e reunir os conhecimentos sobre organizações não governamentais, legislação e direitos dos animais.
- 2) No segundo capítulo: Pesquisa e coleta de dados para analisar o grau de conscientização da comunidade do Vale das Acácias acerca da adoção responsável e as demandas específicas que uma nova ONG poderia preencher.
- 3) No terceiro capítulo: Analisar os dados quantitativos obtidos na pesquisa do capítulo anterior, responder às hipóteses levantadas e expor as demandas apresentadas com base no estudo apresentado e suas considerações finais.

Com essa abordagem, as pesquisas são viáveis por meio das metodologias adotadas que consistem em revisões bibliográficas e investigação de campo, que serão melhor detalhadas em um capítulo à parte.

Através deste estudo, almeja-se contribuir para a sociedade, fomentando a conscientização sobre adoção responsável, servindo como uma fonte para administradores, pesquisadores e todos àqueles que se interessem pelo tema, mas, principalmente, para os seres que sem palavras expressam amor, cujos olhares transmitem ternura e cujos gestos são de pura generosidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - CONCEITOS E DEFINIÇÕES

As ONGs (Organizações não governamentais), são organizações que não foram desenvolvidas pelo governo, podem receber apoio de, mas são independentes. Esse tipo de empresas pertence a iniciativas privadas cujos objetivos são de ajudar causas em situação de vulnerabilidade social que os órgãos públicos não são capazes de suprir. Como afirma o Sebrae (2017) “Direito privado, interesse público.”

Entidades que não têm fins lucrativos e realizam diversos tipos de ações solidárias para públicos específicos. Elas podem atuar nas áreas da saúde, educação, assistência social, economia, meio ambiente, defesa de minorias, religião entre outras, em âmbito local, estadual, nacional e até internacional. (SEBRAE, 2017)

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o termo ONG não é definido em lei nem nunca foi citado oficialmente pela legislação brasileira. Segundo Landim(1993, apud TUDE; RODRIGUES 2007) antigamente, essa expressão costumava significar algo de baixa qualidade entre os filósofos da época, em que nem reconhecida pelo dicionário era.

Além disso, como apontado pela ABONG (s.d) por volta de 1940, a denominação passou a ser utilizada pela ONU referindo-se a organizações internacionais.

Atualmente o termo (ONG), é popularmente conhecido e aceito entre as pessoas, no entanto a regulamentação traz a sigla OSC (Organizações da sociedade civil), regulamentada pelo Marco Regulatório da Sociedade Civil como uma alternativa mais conceituada e amplamente utilizada pela organização de defesa de direitos. Essa mudança é relativamente recente, com o propósito de desvincular a atuação das entidades ao governo, o que fica implícito no termo "ong". Dessa forma, assim como

a Associação brasileira de órgãos governamentais agrega, elas são mais do que um “tapa-buraco” do Estado, mas um negócio auto sustentável.

Destacado as variações de nomenclatura, são apenas formas diferentes com o mesmo propósito

2.2 História

A força motriz básica de uma ONG sempre existiu. A atuação em benefício do outro sem interesses próprios pode ser considerada uma qualidade do ser humano. Conforme conceituado pela Enciclopedia de significados (2012) Um sentimento incondicional, que motiva a necessidade de proteger e que pode se manifestar de diferentes formas, o amor a vida, amor pela natureza, amor pelos animais, etc.

Em amor a uma causa o ser humano partilha tempo, recursos: doa-se. O amor também tem um papel social, alimentando outras ações e sentimentos como a solidariedade.

De acordo com HUDSON (1999 apud CHARNET; CHAMON; AMARINI, s.d) estima-se que esse tipo de ação vem acontecendo há cerca de 5.000 anos com as primeiras civilizações, como é o caso dos povos egípcios, ao desenvolverem um código moral baseado na justiça social com ênfase na lealdade à família e a comunidade, com ação do próprio faraó ao doar alimentação, roupas e abrigo.

Além disso, as instituições religiosas, apesar de NÃO serem ONGs, abrigaram e forneceram suporte a diversas ONGs, disponibilizando espaços físicos para suas operações, promovendo encontros e treinamentos para os membros das organizações, e colaborando na busca por recursos, tanto com agências de cooperação internacional quanto com outras igrejas, segundo TREVISOL (1998 apud TUDE & Rodrigues 2007).

As primeiras ONGs se estabeleceram de fato durante o século XIX, com o destaque para a Cruz Vermelha, que durante os horrores das guerras agiu ativamente entre os milhares de feridos com a ação humanitária de prestar socorro às vítimas, como explicado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV, S.d) Ao longo dos anos, a Cruz Vermelha demonstrou repetidamente que o amor pode superar as divisões e promover a cooperação internacional em prol de um objetivo comum: aliviar o sofrimento humano e preservar a vida com dignidade. No Brasil, com o surgimento da Santa Casa de Misericórdia, ainda no período colonial, com o objetivo de tratar

tanto enfermos da cidade quanto os dos navios, sendo a primeira instituição hospitalar do país e que se mantém até hoje. (Santa Casa, 2016).

2.3 OS DIREITOS DOS ANIMAIS

Neste capítulo, será explorado o complexo e frequentemente controverso tema dos direitos dos animais. Desde os debates sobre tratamento ético até as questões legais relacionadas à proteção animal.

2.3.1 Os animais como coisa

Os direitos dos animais é uma questão discutida há muito tempo. Segundo Lettieri (2018), a ideia de que os animais estão a serviço da nossa espécie, tem início há 12 mil anos, quando os humanos começaram a domesticar e usar bichos para comer e se vestir.

Ainda sob a perspectiva de Lettieri (2018), foi no império romano que eles adquiriram o *status* de “coisa”. Por meio da lei, as bases filosóficas do direito animal começaram por volta do século XVIII com teorias formuladas por Humphrey Premott e Jeremy Bentham, que contribuíram para construir a ideia de que os animais não pertencem aos humanos, além disso, pensam e sentem.

Segundo Primmot (1776, apud Lettieri 2018), autor de duas célebres obras “Dissertação sobre o dever de compaixão” e o “Pecado da crueldade contra os animais brutos”, devemos ser coerentes ao considerar a dor e o sofrimento de animais humanos e não humanos.

Além disso, Bentham (1789 apud Lettieri, 2018) retoma a ideia de Primatt, defendendo a atuação dos princípios da igualdade na consideração moral a todos os seres sensíveis, inclusive aos animais.

Esses conceitos foram fundamentais para o desenvolvimento do movimento da libertação animal, um marco na fundamentação ética e filosófica.

2.3.2 Direitos dos animais no Brasil: A prática

A evolução do direito animal no Brasil reflete uma luta constante pela garantia dos direitos fundamentais dos animais, desde a sua essência reconhecida na constituição de 1988. Contudo, ainda persiste a necessidade de uma legislação específica que reconheça plenamente esses direitos. De acordo com os dados levantados pelo Portal G1 de notícias (2022), as denúncias de maus tratos a animais cresceram 15,6 % no ano de 2021, além disso segundo a pesquisa feita pelo instituto Pet Brasil, o país possui 184.960 animais abandonados ou resgatados por maus tratos, sob a tutela das ONGs e grupos de Protetores. Dos mais de 184 mil animais resgatados, 177.562 (96%) são cães e 7.398 (4%) são gatos. A região Sul do Brasil conta com 33.172 animais abandonados e acolhidos por ONGs.

Muito se pergunta se as leis na prática são efetivas, temos um grande exemplo, que aconteceu recentemente (29/04/24), às enchentes do Rio Grande do Sul, segundo o portal de notícias do UOL as ONGS e voluntários já conseguiram resgatar mais de 2 mil animais em situação de perigo em meio às inundações.

As ações vão muito além do resgate segundo o GRAD (grupo de resposta a animais em desastre), é necessário uma organização após o resgate em cenários de desastre, até que os animais sejam abrigados ou entregues às suas famílias.

Em suma, o abandono e os maus tratos a animais representam um desafio complexo que requer ação coordenada de todos os setores da sociedade. Enquanto ONGs e grupos de protetores desempenham um papel crucial na prestação de cuidados e resgate, o governo deve assumir a responsabilidade de criar e implementar políticas eficazes para enfrentar esse problema crescente. A eficiência do governo nesse sentido é questionável, se não tivesse as ongs e seus contribuintes, seriam 184 mil animais nas ruas, vivendo em condições insalubres e podendo proliferar doenças ?

2.4 REGULAMENTAÇÃO DAS ONGS

As leis que regulamentam as ONGs surgiram após a Segunda Guerra Mundial, devido à necessidade de criar métodos que fomentassem o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, sem interferir em suas relações diplomáticas (Ferreira, 2005).

Investidores perceberam que seus recursos estavam sendo desviados pelas administrações públicas que, naquele momento, destinavam fundos para ajudar as ONGs. Por isso, passaram a direcionar seus investimentos diretamente para as

ONGs, devido à segurança proporcionada por suas leis e por serem entidades não governamentais e sem fins lucrativos.

Com a disseminação dessa ideologia, no Brasil, em 1980, através da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro (Scherer 1993 apud 2006). Na opinião de Ferreira (2005 apud Silveira 2006), o Banco Mundial e outras organizações globais; a capacidade de organização e os resultados alcançados por essas entidades na prestação de serviços sociais; o apoio da iniciativa privada, que começou a aplicar o chamado “marketing social”; e as facilidades proporcionadas pela nossa legislação para registrar entidades sem fins lucrativos foram fundamentais para a disseminação da ideia e da legislação das ONGs.

As atividades realizadas por organizações que desejam ser reconhecidas como ONGs devem ser direcionadas a beneficiar uma diversidade de pessoas, justificando, assim, a percepção de que seus serviços têm um caráter público e são independentes do governo, tornando-as autônomas.

2. 4.1 ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP

OSCIP é a sigla para Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. É uma qualificação jurídica atribuída a entidades privadas sem fins lucrativos que atuam em áreas de interesse social típicas do setor público. As OSCIPs podem ser financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada.

São entidades sem fins lucrativos, constituídas por pessoas jurídicas de direito privado, que atuam em atividades de interesse público.

Para serem reconhecidas como OSCIPs, devem atender a requisitos específicos da lei, como ter pelo menos 3 anos de funcionamento regular e possuir estatuto e objetivos sociais alinhados com a legislação. Não distribuem lucros, reinvestindo tudo em seus projetos sociais.

2.4.2 Quem não pode ser OSCIP?

- Entidades com fins lucrativos.
- Sindicatos e associações de classe.
- Organizações religiosas e partidos políticos.
- Empresas, hospitais e escolas particulares.

- Organizações de benefício mútuo e instituições financeiras.

2.4.3 Requisitos para ser OSCIP:

- Estatuto: Deve conter princípios como legalidade, imparcialidade, ética, transparência e eficiência.
- Gestão: Deve ser transparente e evitar conflitos de interesse.
- Conselho Fiscal: É obrigatório para avaliar as contas da organização.
- Destinação de bens: Em caso de encerramento, os bens devem ser transferidos para outra OSCIP.
- Prestação de contas: É obrigatória e deve ser realizada de forma transparente e acessível ao público.

2.4.4 Parcerias com o Poder Público:

Termo de Parceria: É o instrumento legal que formaliza a parceria entre a OSCIP e o governo.

Prestação de Contas: As OSCIPs devem prestar contas detalhadas sobre a aplicação dos recursos públicos.

Fiscalização: Os acordos de parceria são sujeitos a rigorosa fiscalização por parte do governo e da sociedade.

Perda da Qualificação:

A OSCIP pode perder sua qualificação em caso de descumprimento dos requisitos legais ou por decisão judicial.

2.4.5 Benefícios de ser OSCIP

Possibilidade de celebrar termos de parceria com o governo.

Facilidade para captar recursos de empresas e doações.

Reconhecimento público e credibilidade.

3. METODOLOGIA

3.1 METODOLOGIA CIENTÍFICA

É uma forma sistematizada de técnicas e processos utilizados pela ciência com um método de investigação pré definido que tem como objetivo de procurar ou solucionar algum problema da sociedade, como explicado por Rodrigues (2007). Assim, ela se inicia com uma pergunta ou problema específico, seguida pela elaboração de uma hipótese, que é uma possível explicação ou solução para o problema identificado. Após a formulação da hipótese, são realizados experimentos ou observações para testá-la. Esses testes precisam ser conduzidos de maneira controlada e padronizada garantindo que os dados obtidos sejam válidos e confiáveis. A metodologia científica exige também que todo o processo de pesquisa seja cuidadosamente documentado, descrevendo os métodos utilizados, os materiais empregados e a análise dos resultados. Essa documentação detalhada permite que outros pesquisadores verifiquem os achados ou repliquem o estudo, por isso é comumente usada em trabalhos de conclusão de curso com um capítulo detalhado sobre o assunto. Também é importante ressaltar que, o objetivo não é buscar uma causa como verdade absoluta, mas estudar as relações entre elas. Rampazzo (2002).

3.2 PESQUISA QUANTITATIVA

Tendo a base fornecida pela revisão bibliográfica, este trabalho adotou o método de pesquisa do tipo quantitativo. Esse método coleta dados, por meio de algum questionário, que podem ser mensurados numericamente e que traduz opiniões e informações, como explicado por Grácio e Garrutti (2012 apud Schneider et al 2017). Esses elementos formam a estrutura metodológica para a coleta e análise de dados, facilitando a compreensão e a interpretação dos fenômenos estudados.

Abaixo está o detalhamento da investigação:

- A) Público- alvo: A pesquisa obteve um total de 00 respostas, com o intuito de obter uma visão representativa da região de Moreira César. Para isso, o público foi definido com base exclusivamente na localização geográfica, de modo anônimo, sem considerar outras características pessoais.

B) Coleta de Dados: A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário online criado na plataforma "Microsoft Office". Os participantes responderam a um total de 12 perguntas.

C) Objetivos: O propósito desta investigação foi confirmar ou refutar as hipóteses e teorias aqui discutidas, que indicam que a conscientização sobre a adoção responsável é limitada na comunidade, e que há uma falta de políticas públicas que atendam à alta demanda de animais abandonados. A pesquisa também avalia se a criação de uma nova ONG poderia ser benéfica e necessária para toda a comunidade.

3.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA

A pesquisa exploratória é uma abordagem de investigação preliminar que complementa a pesquisa principal. Possui um caráter exploratório que proporciona maior familiaridade com o tema e suas questões sob uma variedade de técnicas que esse estudo disponibiliza, definem Theodorson e Theodorson (1970 apud Torino 1995). Em resumo, a pesquisa exploratória é essencial para estabelecer as bases de conhecimento sobre um tema, ajudando a definir problemas e direcionar investigações posteriores mais detalhadas.

De acordo com Gil (2008), "a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses passíveis de serem testadas em pesquisas posteriores". Esse tipo de pesquisa é geralmente conduzido em áreas onde o conhecimento é incipiente ou pouco sistematizado, de forma que ela possibilita o estabelecimento de novos padrões de análise e categorização.

Lakatos e Marconi (2003) também ressaltam que a pesquisa exploratória "busca examinar um problema ou situação para proporcionar uma nova percepção, sem a intenção de conclusões definitivas". Nesse sentido, a pesquisa exploratória não

pretende fornecer respostas definitivas, mas sim abrir caminhos para estudos mais detalhados e aprofundados, auxiliando na construção de uma base teórica sólida.

Segundo Vergara (2007), a pesquisa exploratória é "particularmente útil quando o pesquisador necessita se familiarizar com o problema, a fim de melhorar sua compreensão e assim direcionar futuras investigações de maneira mais eficiente". Dessa forma, ela se constitui como um passo inicial essencial para estudos mais aprofundados, visto que permite ao pesquisador delimitar melhor os aspectos centrais de sua investigação.

Por fim, para Mattar (2001), a pesquisa exploratória "caracteriza-se pela flexibilidade em seus procedimentos, pois envolve uma grande diversidade de fontes de dados e métodos para a coleta de informações". Essa flexibilidade é uma característica importante, pois permite que o pesquisador ajuste seus métodos conforme avança na compreensão do problema em estudo, utilizando abordagens qualitativas, quantitativas ou mistas, de acordo com a necessidade.

3.4 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Segundo os autores Souza, Oliveira e Alves (2021) essa técnica consiste na revisão de obras já publicadas, tais como: artigos, livros e teses que, a partir da leitura destas, possibilita o conhecimento de um assunto, seu aprofundamento e a reflexão de seus próprios pesquisadores a partir de uma primeira opinião sobre o tema.

Andrade (2010, apud Souza, Oliveira e Alves 2021) comenta ainda que esse método é a base que permitirá qualquer outro tipo de investigação científica sobre o conteúdo, tornando-se obrigatória, pois é impossível formar argumentos e questões sem o prévio conhecimento sobre o assunto.

Para Gil (2008), "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Esse tipo de pesquisa é essencial para contextualizar o problema estudado, identificar lacunas no conhecimento e verificar os principais autores e teorias relacionadas ao tema em questão. A revisão da literatura realizada por meio da pesquisa bibliográfica possibilita

que o pesquisador organize e sistematize o que já foi produzido, facilitando o desenvolvimento de novos trabalhos.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), "a pesquisa bibliográfica cobre toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, revistas, até livros, jornais e materiais eletrônicos". Dessa forma, o uso de fontes variadas é fundamental para garantir uma visão completa do objeto de estudo, permitindo ao pesquisador identificar tendências, conceitos e abordagens metodológicas pertinentes.

3.5 PESQUISA DE CAMPO

Como o próprio nome sugere, essa pesquisa é um tipo de investigação que envolve a coleta de dados diretamente no ambiente onde o fenômeno ocorre, em vez de depender de fontes secundárias ou dados previamente existentes. Esse método é amplamente utilizado em diversas áreas, como ciências sociais, biologia, geografia e engenharia, entre outras, para obter informações reais e detalhadas sobre um determinado assunto.

Durante uma pesquisa de campo, o pesquisador vai até o local onde o fenômeno está acontecendo ou onde os dados podem ser coletados, como apontado por Piana (2009) e realiza observações, entrevistas, questionários, medições ou outros métodos de coleta de dados.

A principal vantagem da pesquisa de campo é a obtenção de dados empíricos e contextualmente ricos, que refletem a realidade tal como ela é vivida. No entanto, esse tipo de pesquisa também pode apresentar desafios, como a necessidade de deslocamento, dificuldades em controlar todas as variáveis externas, e o tempo necessário para coleta e análise dos dados. Por conta desses desafios, com falta de tempo hábil, esse trabalho não contou com pesquisadores a campo, mas por meio de questionário online.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo foi conduzida através de um questionário, permitindo que a amostra selecionada da população expressasse suas percepções sobre o tema em questão.

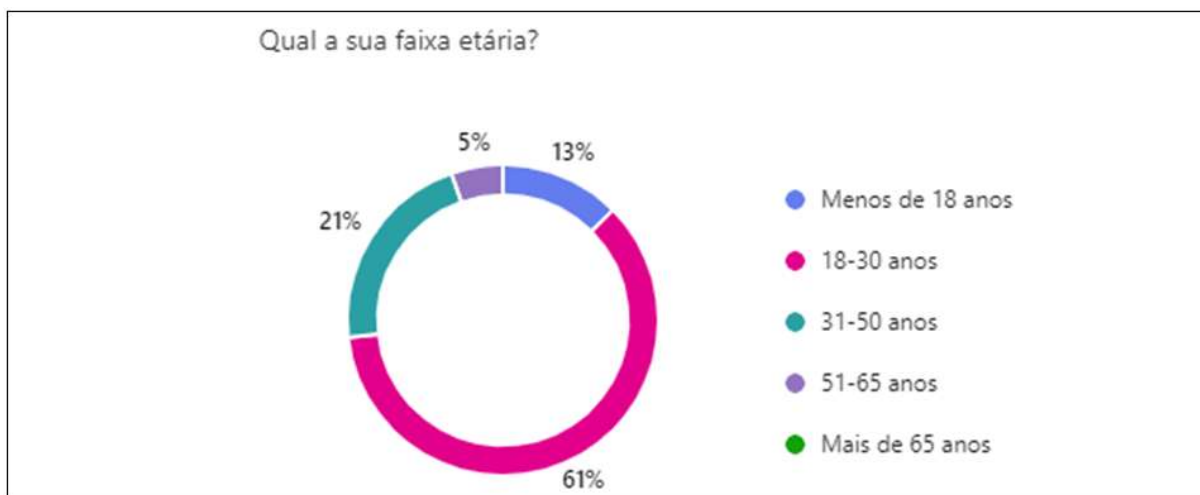


Gráfico 1 - Idade dos respondentes

Fonte: Autores (2024)

Este gráfico mostra a distribuição de idade das pessoas que responderam à pesquisa, a maior delas foram pessoas de 18 a 30 anos, indicando um forte interesse e engajamento dos jovens adultos na causa. Isso também pode dizer que fazer uma campanha para esse público seja algo mais assertivo.

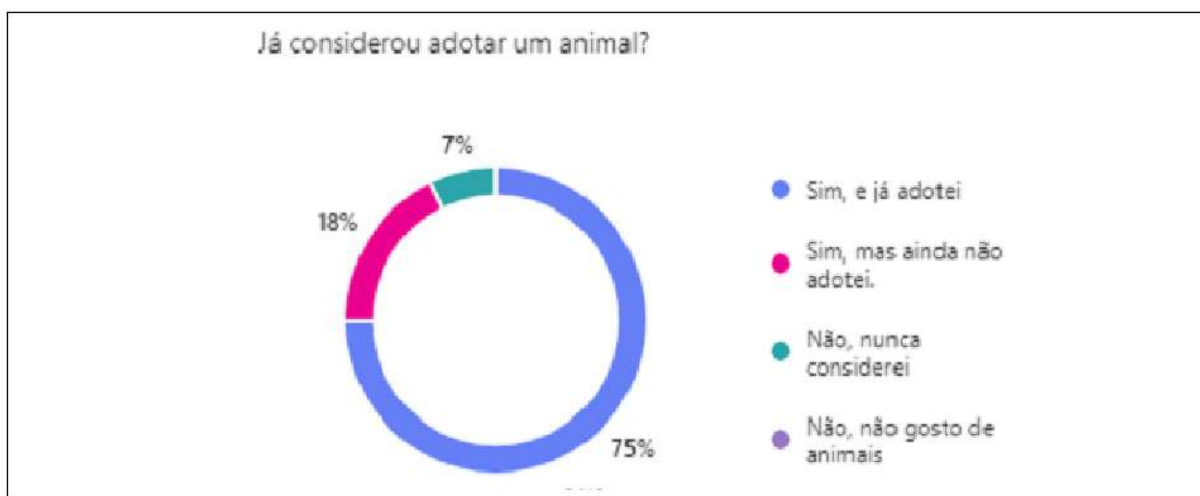


Gráfico 2 - Intenção a Adoção

Fonte: Autores (2024)

Nota-se que 75% dos participantes não só consideraram a adoção, mas também já adotaram um animal, indicando um forte carinho pelos animais, o gráfico revela uma forte cultura de adoção entre os participantes, o que pode ser um fator positivo na criação de uma ONG animal no bairro.



Gráfico 3 - Adoção e compra de animais

Fonte: Autores (2024)

Observe-se que no gráfico 66% dos optaram por adotar ao invés de comprar algum animal, isso para uma criação de ONG no bairro é de extrema importância, pois nota-se uma inclinação muito maior para a adoção de algum bichinho

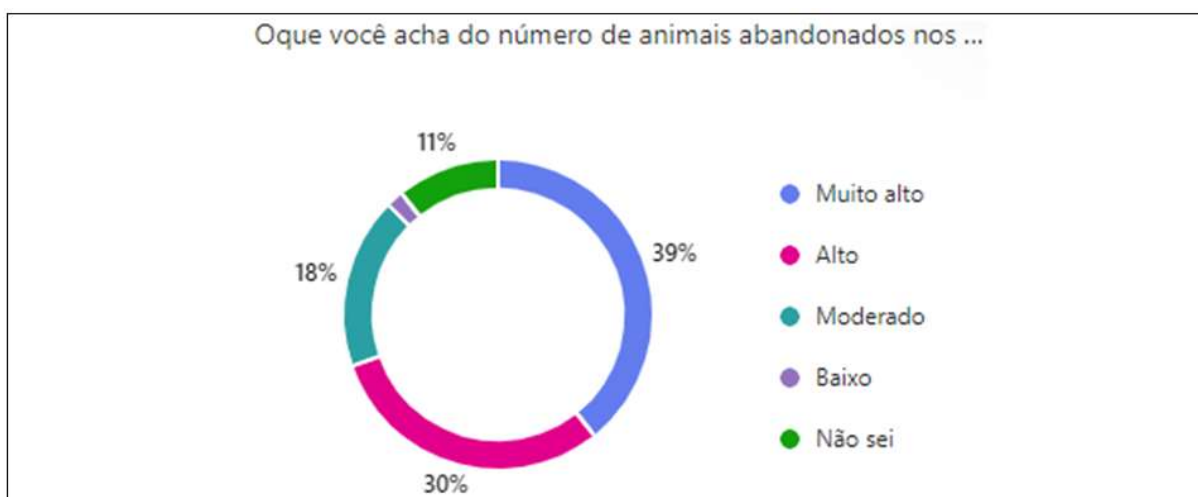


Gráfico 4 - Abandono na região

Fonte: Autores (2024)

Mostra-se no gráfico acima, que 39% dos participantes supõem que há um índice muito alto de animais abandonados, no qual se conclui que há um problema considerável de mudança para oferecer abrigo para estes animais.



Gráfico 5 - ONG na comunidade

Fonte: Autores (2024)

Fica evidente que 80% da comunidade concordam que seria útil inaugurar uma ONG, mostrando um apoio significativo positivo à ONG e benefícios na causa animal.



Gráfico 6 - Impacto positivo

Fonte: Autores (2024)

O gráfico mostra que 55% dos participantes acreditam que a criação de uma ONG resultaria na diminuição do número de animais abandonados, indicando maior apoio na melhor qualidade de vida dos bichinhos.

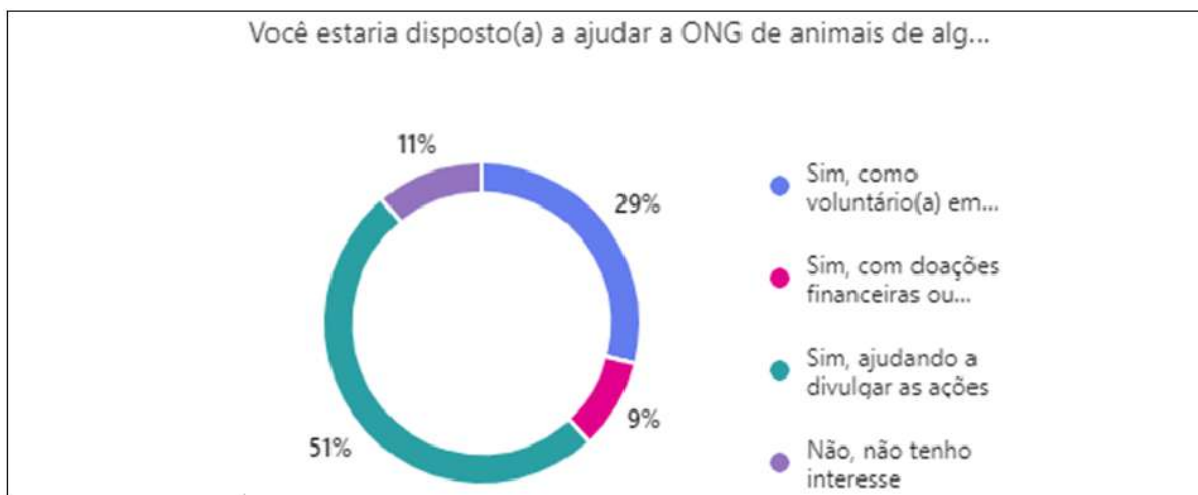


Gráfico 7 - Disposição para Ajudar

Fonte: Autores (2024)

Os dados coletados apontam um forte interesse de 51% dos participantes em colaborar com a divulgação das atividades da ONG, que aponta disposição da comunidade para disseminação das informações da ONG.

5. CONCLUSÃO

O distrito de Moreira César, na cidade de Pindamonhangaba, é uma área altamente habitada por cerca de 44.099 habitantes, de acordo com o senso IBGE dados atualizados de 2024. O distrito tem problemas em uma cidade de pequeno porte, com a situação de animais de rua em condições não sustentáveis, no qual não conseguem encontrar possíveis danos, em que se criou a hipótese de promover uma pesquisa no bairro sobre a possibilidade de abertura de uma ONG.

A pesquisa realizada mostrou que há um déficit de ações sociais para lidar com o problema e a solicitação, em sua maior parte, das pessoas de conscientização sobre adoção responsável.

A análise dos dados coletados mostrou que a criação de uma ong é necessária e viável para atender a demanda local. Através do trabalho desta ONG, espera-se promover uma conscientização mais ampla sobre a importância da adoção responsável, com foco nos problemas locais, no qual se mostre viável de localização e acesso, proporcionando recursos para a população de animais abandonados e melhorar a qualidade de vida desses bichos, com a incidência da pesquisa em que

sua maior parte populacional local está disposta a ajudar, divulgar e promover a transparência das ações da ONG.

A implementação de uma ONG poderá contribuir significativamente no desenvolvimento social da região, atuando como força para outras ações solidárias, que podem mudar grandemente os hábitos de vida das pessoas, além de servir como um modelo de gestão e atuação para outras comunidades que enfrentam desafios similares.

Por fim, os resultados obtidos com esta pesquisa reforçam a importância do terceiro setor como agente fundamental de transformação social, e a criação de uma ONG em Moreira Cesar de apresenta como uma resposta efetiva para as demandas identificadas, firmando-se a pesquisa e os dados encontrados como uma iniciativa essencial para o bem-estar da comunidade local.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG. **Tudo o que você precisa saber antes de escrever sobre ONGs**. S.d.

BRASIL. Câmara de vereadores de Pindamonhangaba. **REQUERIMENTO N.º 2018/2024**. Pindamonhangaba – SP, 2024.

CARLOS, Rodrigues Brandão. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura: Revistas de Ciências Sociais**, Goiânia, vol. 10, núm., jan./jul. 2007. ISSN: 1415-8566.

CHARNET, Emerson; CHAMON Edna Maria Q. O; CAMARINI, Gladis. **Evolução e história das organizações sem fins lucrativos**. Vale do Paraíba, S.d.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. São Paulo: Atlas, 2001.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

OSWALDO, Cruz (fio cruz) **Declaração Universal dos Direitos dos Animais** [s.d]

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo, 2009.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**. Edições Loyola, 2 de dez. de 2002.

RODRIGUES, Grace Kelly Marques Rodrigues; TUDE, João. **Organizações Não Governamentais: Uma Discussão sobre suas Peculiaridades Organizacionais**. Salvador – BA, 2007.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. Faetec- IST, Paracambi, 2007. Santa Casa SP. **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo: excelência na assistência, ensino e pesquisa**. 2016.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; FUJJI, Rosângela Araujo Xavier; CORAZZA, Maria Júlia. **Revista pesquisa qualitativa**. São Paulo (SP), v5, n9, p. 569-584, de 2017.

SEBRAE. **Tudo sobre Organizações da Sociedade Civil – OSC**, 2022.

SILVEIRA, Ricardo Vanzin. **Constituição jurídica das organizações não-governamentais**. RS: Dez. 2006.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Wmf Martins Fontes. São Paulo, 2013.

SOUZA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Revistas Fucamp**, Minas Gerais, v.20, n° 43, p.64-83, mar. 2021.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. A dignidade do animal na Constituição. Brasília – DF: TJDFT, 2020.

COUTINHO, J. A. As ONGs: origens e (des)caminhos. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 13/14, p. 57–64, 2005. DOI: 10.23925/ls.v0i13/14.18668. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18668>. Acesso em: 4 set. 2024.

Cruz Vermelha Brasileira. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. S.d Enciclopédias Significados. 2012. Disponível em: <https://www.significados.com.br/amor/>. Acesso em 18. Ago. 2024.

LETTIERI, Carla. Organização Animal Equality Brasil. Direitos dos animais: quais são e por que eles precisam ser defendidos, 2018. Disponível em: <https://animalequality.org.br/blog/direitos-dos-animais-quais-sao-e-por-que-eles-precisam-ser-defendidos/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

UOL. Ongs e voluntários resgatam mais de 2 mil animais em enchentes no RS. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/10/ongs-resgatam-animais-em-enchentes-no-rs.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: mai. 2024.

VASCONCELOS, Sandor. Sem dono, sem documento. **Revista Apartes, Câmara Municipal de São Paulo**. Jacareí, n°1, Jan./jun. 2013.